



PRÁTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO PIBID-BIOLOGIA

Cassio Santos de Souza ¹

Iracema Almeida Novaes ²

Jullia Sales Souza ³

Thaylana Santos Gloria ⁴

Barbara Cristina dos Santos Fernandes ⁵

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das práticas de inclusão escolar em uma escola municipal, a partir de observações realizadas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O objetivo foi identificar desafios enfrentados por estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas e refletir sobre as condições institucionais e pedagógicas que influenciam sua permanência e participação na escola. A pesquisa possui abordagem qualitativa e descritiva, baseada em observações de campo, registros reflexivos e análise documental do Projeto Político-Pedagógico da escola. Os dados revelaram a presença de estudantes com diferentes deficiências, mas também a ausência de uma formação específica por parte dos docentes e a limitação na atuação de profissionais de apoio, como as cuidadoras escolares. As atividades pedagógicas, embora adaptadas em alguns casos, representam um desafio para atender de forma individualizada às necessidades de cada aluno. O estudo aponta a carência de ações formativas, de suporte institucional contínuo e de articulação entre os agentes escolares como fatores que influenciam a implementação de práticas inclusivas. Conclui-se que a inclusão escolar exige um esforço conjunto, formação contínua e acompanhamento pedagógico, indo além do simples acesso físico à sala de aula.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Escola Pública; Deficiência; Formação Docente; PIBID.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- BA, cassiosantos857@gmail.com;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - BA, novaesiracema82@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - BA, julliasouza@aluno.ufrb.edu.br;

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - BA, thaylanasantos@aluno.ufrb.edu.br.

⁵ Supervisora do Colégio Municipal José Batista da Fonseca, barbarafernandes2003@yahoo.com.br.



INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem sido cada vez mais discutida nas políticas públicas e práticas pedagógicas que visam garantir o acesso, a permanência e a participação plena de todos os estudantes no ambiente educacional. No entanto, a efetivação dessa inclusão ainda encontra diversas barreiras, tanto estruturais quanto pedagógicas, especialmente quando se trata de alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas.

A exclusão escolar, de acordo com a autora, se manifesta pela "ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar " (Mantoan, 2003, p. 13). Mantoan também critica o uso de "válvulas de escape, como o reforço paralelo, o reforço continuado, os currículos adaptados etc" (Mantoan, 2003, p. 27). que são modos de discriminar alunos que a escola não consegue ensinar. Ela afirma que a escola tradicional é incapaz de atuar diante da complexidade, da diversidade e do que é real nos seres e grupos humanos.

A inclusão escolar tem sido cada vez mais discutida nas políticas públicas e práticas pedagógicas que visam garantir o acesso, a permanência e a participação plena de todos os estudantes no ambiente educacional. (Mantoan, 2003) , por exemplo, afirma que a luta é por uma "escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados". No entanto, a efetivação dessa inclusão ainda encontra diversas barreiras, tanto estruturais quanto pedagógicas, especialmente quando se trata de alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas. A autora aponta que a escola tradicional reluta em admitir "as medidas excludentes adotadas pela escola ao reagir às diferenças". Ela defende a reconstrução da organização do trabalho pedagógico, desde os princípios e valores até as atividades cotidianas, para "ressignificar" o papel da escola.

A autora do livro, Maria Teresa Eglér Mantoan, critica a forma como as escolas tradicionais se "entopem do formalismo da racionalidade" e se dividem em modalidades de ensino, burocracia e grades curriculares, o que impede a escola de fluir e espalhar sua ação formadora para todos os que dela participam. A inclusão, nesse sentido, implica uma mudança do atual paradigma educacional. A autora enfatiza que "é a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela!" (Mantoan, 2003, p. 8).





A presente pesquisa visa identificar obstáculos no processo de inclusão no ambiente escolar, analisando as dificuldades enfrentadas por estudantes com deficiência ou transtornos do desenvolvimento, e refletir sobre as condições que a escola oferece para garantir o direito à aprendizagem a todos os seus alunos. A pesquisa tem como objetivo geral identificar os desafios e possibilidades à inclusão escolar de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas e como objetivos específicos busca-se: Analisar como as práticas pedagógicas, a formação docente e os recursos disponíveis influenciam na efetivação (ou não) da possibilidade de aprendizagem e no processo de inclusão e Identificar possíveis situações de segregação ou dificuldade de participação desses estudantes no cotidiano escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Práticas de Inclusão Escolar no Contexto do Ensino da Biologia

A inclusão escolar é um dos principais desafios contemporâneos da educação brasileira. Mais do que uma política de acesso, ela se constitui como um princípio ético e pedagógico, que visa assegurar a participação efetiva de todos os estudantes no ambiente escolar. Historicamente, a forma de lidar com a deficiência passou por longos períodos de exclusão e segregação, refletindo a estrutura social de cada época (MIRANDA, 2008).

A inclusão surge como um paradigma que busca superar o modelo anterior, da integração, garantindo não apenas a matrícula, mas também a aprendizagem com qualidade. De acordo com Mantoan (2003), a exclusão ainda se manifesta na escola quando esta não reconhece a diversidade dos alunos e mantém práticas pedagógicas centradas em um modelo homogêneo de ensino. A autora critica o uso de “válvulas de escape”, como reforços paralelos ou currículos adaptados que segregam os alunos, afirmando que é a escola que precisa se transformar, e não o aluno que deve se adaptar a um modelo rígido e excludente (MANTOAN, 2003).

Nesse sentido, a inclusão escolar demanda uma mudança de paradigma. O ensino tradicional, baseado em práticas transmissivas e uniformes, precisa dar lugar a estratégias que valorizem os diferentes modos de aprender. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), a Educação Básica foi oficializada como um direito de todos,





ancorada em duas dimensões essenciais: a de uma base educacional comum a todos e a do respeito à diferença. Enquanto o modelo de integração pressupunha que o aluno deveria se adaptar à estrutura escolar existente, a inclusão propõe o contrário: cabe à escola adaptar-se para atender às necessidades de todos (MIRANDA, 2008). Para Mantoan (2003), essa transformação exige a reconstrução da organização do trabalho pedagógico, desde seus princípios até as atividades cotidianas, a fim de ressignificar o papel da escola. O objetivo é promover uma escola para todos, que reconheça as diferenças como ponto de partida para o ensino e não como um obstáculo a ser superado.

No contexto do ensino da Biologia, essa discussão se torna ainda mais significativa. A Biologia, como ciência da vida, oferece um campo fértil para o trabalho com temas que envolvem diversidade, respeito às diferenças e interação com o meio. No entanto, para que isso aconteça de forma inclusiva, é necessário repensar a forma como os conteúdos são abordados. Essa colaboração entre professores e equipe pedagógica é essencial, especialmente nas aulas de Biologia, que muitas vezes envolvem linguagem técnica, uso de laboratórios e interpretação de conceitos abstratos, o que pode representar uma barreira para estudantes com deficiência ou dificuldades de aprendizagem.

Outro aspecto relevante é a formação docente. Mantoan (2003) aponta que a ausência de preparo específico dos professores para lidar com a diversidade é um dos principais fatores que dificultam a inclusão. A literatura da área evidencia que a fragilidade na formação dos professores é uma das principais barreiras para a efetivação da inclusão, gerando grande resistência por parte dos profissionais (MIRANDA, 2008). Além disso, a implementação de práticas inclusivas depende da superação de obstáculos como a falta de trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o da Educação Especial e o insuficiente investimento financeiro para garantir a aplicação de novas estratégias (PLETSCH; MENDES, 2015). No ensino de Biologia, essa dificuldade pode ser percebida na falta de estratégias diferenciadas para abordar temas como genética, ecologia e fisiologia, que requerem abstração e contextualização. A utilização de recursos visuais, materiais concretos, metodologias ativas e tecnologias assistivas pode contribuir para tornar o conteúdo mais acessível.

Outro ponto importante é a reflexão sobre barreiras atitudinais. Muitas vezes, o maior obstáculo não está na deficiência do estudante, mas na resistência da própria escola em





modificar suas práticas. A legislação brasileira avançou ao incorporar o direito à diferença, buscando a desconstrução de estereótipos e preconceitos (PLETSCH; MENDES, 2015). Mantoan (2003) ressalta que é preciso “virar a escola do avesso” para que ela possa atender à diversidade humana. Esse movimento envolve o compromisso da gestão escolar, o alinhamento entre professores e equipe pedagógica e o engajamento de toda a comunidade escolar.

Por fim, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva passa pelo fortalecimento do Projeto Político-Pedagógico (PPP), que deve ser elaborado com a participação da comunidade escolar e incorporar princípios de equidade e acessibilidade. A partir das diretrizes nacionais, os municípios e suas escolas foram impelidos a adequar seus sistemas de ensino para responder às novas realidades e garantir o direito à diversidade (PLETSCH; MENDES, 2015). A efetivação da inclusão depende de políticas educacionais claras e de transformações estruturais no sistema, que devem ser refletidas no planejamento da escola (MIRANDA, 2008). No ensino da Biologia, o PPP pode contemplar ações como projetos de educação ambiental que incluam todos os estudantes, produção coletiva de materiais didáticos acessíveis e organização de feiras de ciências com participação equitativa.

Assim, é possível evidenciar que a inclusão escolar no ensino de Biologia vai além de práticas isoladas. Ela demanda uma mudança sistêmica, que envolva formação docente, recursos didáticos adequados, planejamento colaborativo e gestão democrática. Contudo, existe uma distância entre as políticas e as práticas, e o desafio de compreender os limites e as possibilidades de efetivação da Educação Inclusiva nos diferentes contextos locais está apenas começando (PLETSCH; MENDES, 2015). É um processo contínuo, que exige esforço conjunto de todos os atores envolvidos na educação, para garantir que cada estudante tenha condições de aprender e se desenvolver plenamente, sendo que o paradigma da inclusão, por ser recente, ainda provoca muitas discussões sobre como efetivá-lo na prática (MIRANDA, 2008).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvido no contexto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação





à Docência (PIBID), no Subprojeto de Biologia, vinculado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O trabalho foi realizado em uma escola de rede municipal de ensino, localizado na cidade de Cruz das Almas-BA, durante o ano de 2025.

Os dados foram obtidos por meio de observações diretas e sistemáticas do cotidiano escolar, com foco nas práticas pedagógicas, nas interações entre professores, estudantes e gestores, e nas condições de acessibilidade e atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas. As observações foram registradas em diários de campo, relatórios reflexivos elaborados pelos bolsistas do PIBID ao longo do estágio supervisionado e em leituras de produções acadêmicas que abordam a inclusão escolar no contexto da educação básica.

Para a discussão dos dados, a pesquisa se apoia em referenciais teóricos da área da Educação Inclusiva e em documentos institucionais da escola, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP). As percepções da equipe foram enriquecidas pela participação de uma pibidiana surda, que contribuiu com relatos pessoais sobre sua trajetória escolar, ampliando a compreensão acerca das barreiras comunicacionais enfrentadas por estudantes da comunidade surda na rede pública de ensino.

A triangulação entre observação em campo, análise documental e vivências dos bolsistas possibilitaram a construção de uma análise crítica sobre as condições de inclusão na escola, respeitando os princípios éticos da pesquisa em Educação. Para a análise dos dados utilizamos Temática (AT) discutida por Souza (2019). Escolhemos a AT, pois acreditamos que a mesma pode ser aplicada de forma indutiva, através da identificação de padrões apresentados nos dados, ou dedutiva, a partir de categorias teóricas prévias, permitindo explorar diferentes dimensões do objeto de estudo sem relacionar a um único referencial teórico.

DESENVOLVIMENTO

A efetivação da inclusão escolar requer mais do que a matrícula de estudantes com deficiência na rede regular de ensino. Trata-se de um processo que demanda transformações profundas na cultura escolar, nas práticas pedagógicas e na estrutura física e organizacional das instituições. Nesse sentido, a inclusão deve ser compreendida como um direito fundamental, e não como um favor ou uma concessão. Assim, não basta apenas garantir o



acesso, mas é preciso assegurar a permanência, a aprendizagem significativa e a participação plena desses estudantes.

Mantoan (2003) ressalta que a escola tradicional tem dificuldade em lidar com a diversidade, uma vez que permanece presa a uma lógica excludente, voltada para padrões rígidos de cientificidade e racionalidade. Para a autora, a instituição escolar precisa se reinventar, deixando de responsabilizar os alunos por suas dificuldades e assumindo a tarefa de reorganizar o trabalho pedagógico de forma a contemplar a pluralidade dos sujeitos. Nesse sentido, a autora critica a falta de “vontade de virar a mesa, ou melhor, de virar a escola do avesso” (MANTOAN, 2003, p. 8), destacando que a mudança deve partir da escola, e não dos estudantes.

O processo de inclusão, portanto, envolve também o reconhecimento de que todos os alunos aprendem, mas em ritmos e estilos diferentes. Cabe à escola desenvolver práticas pedagógicas que valorizem essas diferenças, compreendendo-as como potencialidades e não como limitações. Para isso, a formação inicial e continuada dos professores é fundamental, pois a ausência de preparo adequado pode levar à reprodução de práticas segregacionistas, como o reforço paralelo ou os currículos adaptados, apontados por Mantoan (2003) como estratégias excludentes.

Outro aspecto essencial é o trabalho colaborativo. Uma abordagem interdisciplinar amplia as possibilidades de aprendizagem, pois promove uma visão mais integral das necessidades dos estudantes. Nesse sentido, a colaboração entre professores, gestores, profissionais de apoio, famílias e até mesmo os próprios alunos é indispensável para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Além disso, é necessário considerar as barreiras atitudinais e comunicacionais. Muitas vezes, a exclusão não se dá apenas pela falta de recursos materiais ou acessibilidade física, mas também pela ausência de uma postura ética e comprometida dos profissionais da educação. A experiência relatada por uma pibidiana surda, no contexto desta pesquisa, reforça essa ideia ao mostrar que a falta de intérpretes de Libras, de materiais adaptados e de reconhecimento da língua de sinais como meio de comunicação legítimo compromete não apenas a aprendizagem, mas também a autoestima e a identidade cultural dos estudantes surdos.



Outro desafio importante é a escassez de políticas públicas que garantam investimentos contínuos em acessibilidade, formação docente e contratação de profissionais especializados. Muitas vezes, as escolas se veem sobrecarregadas e sem condições efetivas de implementar práticas inclusivas, o que gera frustração tanto para os professores quanto para os alunos. Nesse cenário, é urgente que o poder público assuma a responsabilidade de assegurar os recursos necessários para que a inclusão aconteça de fato e não apenas no discurso.

Por outro lado, a inclusão também representa oportunidades de enriquecimento para toda a comunidade escolar. Quando a diversidade é valorizada, todos aprendem a conviver com as diferenças, desenvolvendo valores de respeito, solidariedade e empatia. A escola inclusiva, portanto, não beneficia apenas os estudantes com deficiência, mas contribui para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes do seu papel social.

Em síntese, a efetivação da inclusão escolar depende de um conjunto de fatores: a mudança de paradigma educacional, a reestruturação das práticas pedagógicas, a formação adequada dos profissionais, o trabalho colaborativo, a superação de barreiras comunicacionais e atitudinais e o compromisso do poder público em garantir as condições materiais e humanas necessárias. Como defende Sandes e Pimentel (2024), a inclusão não pode ser reduzida a medidas paliativas ou burocráticas, mas deve ser entendida como um processo contínuo de transformação da escola em um espaço democrático, aberto e acolhedor para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Colégio em questão, observou-se que, embora haja a presença de estudantes com diferentes deficiências, como Transtorno do Espectro Autista (TEA) e paralisia cerebral, ainda existem fragilidades importantes no que se refere à formação da equipe e à organização do trabalho pedagógico.

Durante as observações realizadas no contexto do estágio, foi possível identificar alguns desafios enfrentados no cotidiano escolar relacionados ao atendimento de estudantes com deficiência. De modo geral, percebe-se que muitos professores ainda não dispõem de formação específica voltada para lidar com as particularidades desse público. Para Mantoan (2003), por exemplo, o professor inclusivo precisa repensar práticas tradicionais e investir num ensino colaborativo, que respeite os diferentes ritmos e modos de aprendizagem dos





alunos. A ausência de suporte técnico e pedagógico especializado contribui para tornar essa tarefa ainda mais exigente.

Em uma das turmas acompanhadas, notou-se o esforço da professora de Ciências em adaptar as atividades com o uso de recursos visuais. No entanto, as estratégias implementadas nem sempre estavam alinhadas ao conteúdo geral da classe, o que pode indicar a necessidade de um planejamento mais integrado e individualizado. Essa constatação convida à reflexão sobre os desafios da inclusão e sobre como equilibrar o respeito às diferenças sem incorrer, ainda que involuntariamente, em práticas excludentes.

Outro ponto observado diz respeito ao trabalho das cuidadoras escolares. Embora sua atuação esteja prevista nas políticas de apoio à inclusão, notou-se certa variação na forma como essas profissionais desempenham suas funções. Em alguns casos, foi possível observar posturas colaborativas, incentivando a participação e a autonomia dos estudantes. Em outras situações, porém, percebeu-se a necessidade de um maior alinhamento entre as práticas adotadas e os princípios éticos e pedagógicos que orientam essa função. Essas observações não têm como objetivo julgar condutas individuais, mas sim provocar um questionamento construtivo: como se dá a formação e a seleção desses profissionais? Existem mecanismos regulares de acompanhamento e orientação do seu trabalho?

Frente a esse panorama, torna-se fundamental refletir sobre o papel da gestão escolar e da coordenação pedagógica no fortalecimento da inclusão. A responsabilidade por garantir uma educação inclusiva não deve recair exclusivamente sobre professores ou cuidadoras, mas precisa ser assumida coletivamente como parte do compromisso institucional. Nesse sentido, Mantoan (2003) defende que a reorganização da escola passa por ações integradas, fundamentadas no projeto político-pedagógico (PPP), elaborado com participação ativa de toda a comunidade escolar. A inclusão, portanto, exige um esforço conjunto de modernização e reestruturação das práticas escolares.

Nesse contexto, é pertinente refletir sobre as formas de apoio oferecidas pelo Município às unidades escolares. Seria valioso considerar se há, de maneira contínua, suporte técnico e oportunidades de formação que fortaleçam as práticas inclusivas, bem como mecanismos de acompanhamento que contribuam para alinhar o trabalho pedagógico aos princípios da





educação especial na perspectiva da inclusão. A esse respeito, Silva e Carvalho (2017) afirmam que a falta de suporte que as instituições dão para que a política de inclusão escolar seja cumprida é um dos motivos que faz com que os professores não estejam capacitados ou não tenham quantidade suficiente e eficaz de recursos e estratégias.

As situações observadas evidenciam que a simples presença de estudantes com necessidades especiais na escola não é suficiente para caracterizar uma prática inclusiva. É preciso investir em formação docente, em ações de sensibilização da comunidade escolar e em condições estruturais que favoreçam a equidade no processo de ensino e aprendizagem. Mantoan sugere a formação em serviço, baseada no "exercício constante e sistemático de compartilhamento de ideias, sentimentos e ações entre professores, diretores e coordenadores da escola". A ausência de profissionais especializados, como professores de apoio ou intérpretes de Libras, e a falta de articulação entre os diferentes atores da escola, contribuem para a manutenção de práticas excludentes, mesmo que involuntárias.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

A análise realizada na instituição de ensino evidenciou que, embora a escola atenda a estudantes com deficiência e transtornos do desenvolvimento, ainda há importantes desafios a serem enfrentados para que a inclusão se concretize de forma plena. A autora Mantoan (2003)

afirma que a inclusão é "distorcida" e reduzida unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular.

A presença desses estudantes no ambiente escolar, por si só, não assegura plenamente a aprendizagem, nem contribui de forma efetiva para a construção de um ambiente verdadeiramente acolhedor, equitativo e acessível. Mantoan (2003) defende que a inclusão vai além do acesso, sendo preciso "garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir". Esses casos evidenciam que, embora haja esforços por parte da escola e de seus profissionais, ainda existem limitações no que se refere à formação docente, aos recursos pedagógicos disponíveis e ao planejamento de estratégias de ensino inclusivas e individualizadas.

As dificuldades observadas dizem respeito, principalmente, à ausência de formação específica dos professores para atuar com a diversidade, à ausência de um planejamento





pedagógico mais personalizado e às limitações ainda presentes na atuação de alguns profissionais de apoio, como as cuidadoras escolares. As limitações observadas evidenciam a importância de ações formativas contínuas, do fortalecimento do acompanhamento pedagógico e do apoio conjunto entre a gestão educacional e a participação da família no processo de inclusão, além da efetivação de políticas públicas que garantam a presença de profissionais adequadamente qualificados com a perspectiva da educação inclusiva, conforme estabelece o Art. 208, inciso III da Constituição Federal, que determina o dever do Estado em assegurar o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Além disso, a participação de uma pibidiana surda na equipe da pesquisa ampliou a compreensão sobre as barreiras comunicacionais que estudantes com deficiência auditiva enfrentam, ainda que esse perfil de aluno não esteja presente na escola campo. Essa contribuição evidencia a importância de considerar diferentes olhares e vivências na construção de um debate mais sensível e abrangente sobre inclusão.

Diante dos dados levantados, é possível afirmar que a inclusão, mais do que uma exigência legal, é um compromisso social e pedagógico que precisa ser assumido coletivamente por todos os agentes da escola e apoiado por políticas públicas eficazes. Quebrar as barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais exige uma atuação integrada e comprometida com o direito de todos os estudantes à educação de qualidade. No contexto do colégio, a observação realizada durante o estágio revelou a presença de estudantes com diferentes tipos de desafios, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), paralisia cerebral e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.





ILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. **Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 23, n. 2, p. 293-308, abr.-jun. 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico.** Cadernos de História da Educação, n. 7, p. 29-44, jan./dez. 2008.

PLETSCH, Marcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. **Entre políticas e práticas: Os desafios da educação inclusiva no Brasil.** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 23, n. 27, p. 1-13, mar. 2015.

SANDES, Elane dos Santos; PIMENTEL, Susana Couto. **Atendimento educacional especializado e professores da sala regular: articulações para inclusão de estudantes com deficiência intelectual.** Diálogos e Diversidade, Jacobina - Bahia, Brasil, v. 4, n. e20298, p. 1-10, 30 ago. 2024. ISSN: 2764-0795

SOUZA, Luciana Karine de. **Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática.** Arquivos brasileiros de psicologia. Rio de Janeiro. Vol. 71, n. 2 (maio/ago. 2019), p. 51-67, 2019.

